

União não será avalista de estados

Sem garantias, fica mais difícil para governadores e prefeitos conseguirem empréstimos de instituições externas

O governo quer manter estados e municípios longe do mercado internacional, para não prejudicar a imagem do país, que, na semana passada, conseguiu vender US\$ 3 bilhões em títulos de 30 anos no mercado americano.

Um documento elaborado pelo diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC), Gustavo Franco — um mês antes do lançamento da histórica operação financeira — defende a imposição de restrições a estados e municípios, bem como a suas empresas e bancos, “tendo em vista, principalmente, o aspecto da imagem do país no exterior”.

Trata-se, para o diretor do BC, de “preservar criteriosa estratégia de reinserção do Brasil nos mercados internacionais”. A argumentação de Gustavo Franco serviu de base a duas decisões tomadas pela equipe econômica na última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN). Ambas ajudaram a erguer um muro entre a

poupança externa e todo o setor público brasileiro que não esteja sob o controle da União.

Segundo o presidente do BC, Gustavo Loyola, o governo pretende, de fato, “evitar comprometer o País com colocações e empréstimos mal feitos por estados e municípios, bem como dificultar a ação de oportunistas do mercado”.

CREDORES

Os dados mais recentes à disposição do BC mostram que, em dezembro de 1996, a dívida global de estados, municípios, incluindo seus bancos e empresas, era de US\$ 5,5 bilhões com credores internacionais. Isso representa 4% da dívida externa pública e privada do Brasil.

A primeira decisão do CMN no sentido de dificultar os empréstimos externos exige que bancos estaduais e empresas de propriedade de estados e municípios sejam obrigados a obter uma classificação de risco, nas agên-

cias internacionais, igual ou superior à da União. Se não conseguirem, terão que reservar recursos para eventuais dificuldades de caixa quando chegar a hora de saldar a dívida feita no exterior.

Como a situação fiscal da União, embora seja preocupante, é melhor do que a da maioria dos estados e municípios, a provisão será quase indispensável. Com isso, diminuem automaticamente os recursos à disposição de governadores e prefeitos para gastos correntes e investimentos.

A segunda decisão do CMN obrigou as estatais estaduais e municipais a se submeterem, previamente, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A CVM, por sua vez, terá que consultar antes o BC sobre os limites de endividamento dos estados e municípios para, só então, autorizar a emissão.

A decisão do governo federal, trans-

parente nos argumentos do diretor do BC, procura também alertar o mercado externo e os próprios governadores e prefeitos que a União não dará ga-

rantias aos empréstimos tomados pelos demais níveis do setor público. Até porque, segundo raciocinam técnicos do BC, tanto governadores quanto prefeitos ainda devem uma prova maior de esforço para controlar suas contas.

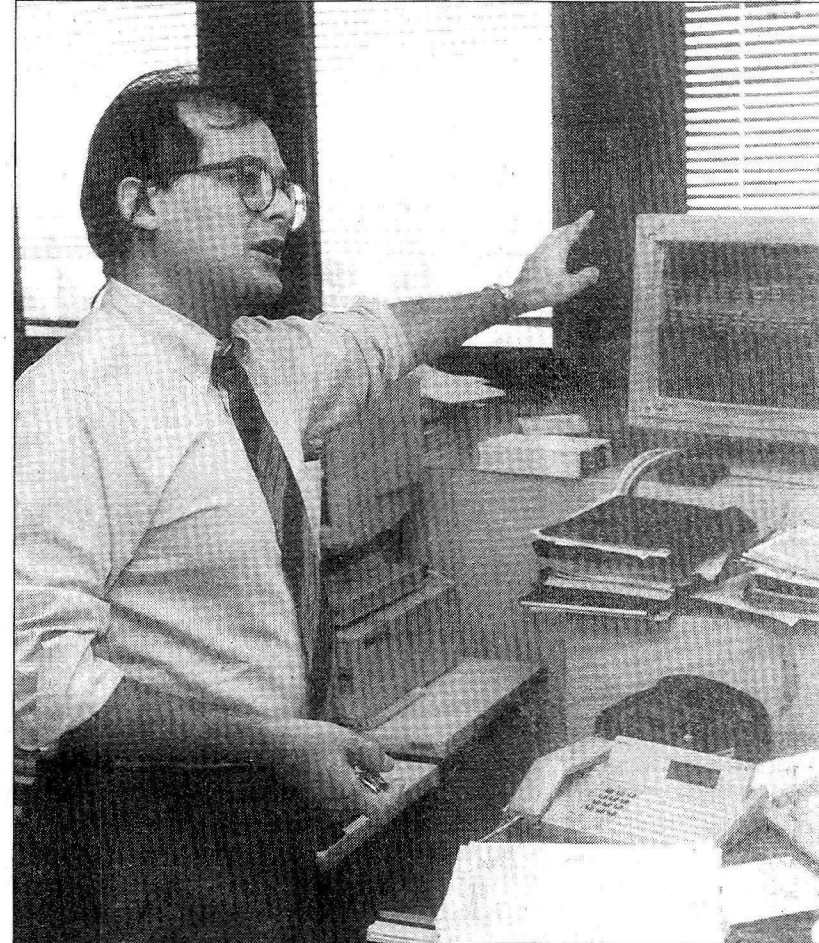
Só para se ter uma idéia do descontrole das finanças

de estados e municípios, sem contar os gastos com juros, o governo federal gastou apenas R\$ 86 milhões a mais do que arrecadou nos últimos 12 meses, entre maio de 1996 e abril deste ano. No mesmo período, estados e municípios estouraram suas contas em R\$ 2,850 bilhões.

“O GOVERNO PRETENDE EVITAR COMPROMETER O PAÍS COM COLOCAÇÕES E EMPRÉSTIMOS MAL FEITOS POR ESTADOS E MUNICÍPIOS, BEM COMO DIFICULTAR A AÇÃO DE OPORTUNISTAS DO MERCADO”.

Gustavo Loyola,
presidente do Banco Central

Carlos Moura 20.12.95



Gustavo Franco: preocupação com a imagem do Brasil no mercado externo

FEF

O QUE É

O Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) reúne toda a arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte de servidores federais mais 20% das receitas de todos os impostos federais (inclusive todo o IR).

QUANTO ARRECADA

Cerca de R\$ 25 bilhões por ano.

DESDE QUANDO EXISTE

Começou a vigorar em 1994, com o nome de Fundo Social de Emergência. Mudou de nome porque pegou mal sua utilização para gastos nada sociais, como a compra de goiabada pelo Itamaraty.

PARA QUE SERVE

A maior parte da arrecadação do

governo é vinculada a gastos em determinadas áreas. Com o fundo, o governo ganha mais liberdade para gastar

QUEM PERDE

Principalmente estados e municípios, que abocanhariam juntos 44% da arrecadação do Imposto de Renda se não fosse o FEF

REIVINDICAÇÃO

Municípios querem compensar parte das perdas de R\$ 2,5 bilhões previstas até 1999 com a prorrogação do FEF. Até a semana passada, haviam conseguido a perspectiva de receber de volta R\$ 1,15 bilhão no período. Agora, contam com mais R\$ 458 milhões.